PESQUISA - FADIR

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: INSTITUCIONALIZAÇÃO E MUDANÇAS POR SEUS MEMBROS NO PERÍODO DE 2006 A 2008, SOB A PRESIDÊNCIA DE ELLEN GRACIE.

Sergio Augusto Morais Cardozo (sergioaugusto.mcardozo@gmail.com)

Douglas Policarpo (douglaspolcarpo@ufgd.edu.br)

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi estabelecido como um órgão do Judiciário para aumentar a eficiência, transparência e integridade desse ramo do Estado. O CNJ passou por um período significativo de institucionalização entre 2006 e 2008, sob a presidência de Ellen Gracie, sendo que enfrentou dificuldades e implementou mudanças significativas no Judiciário por meio da atuação dos membros desse Conselho à época. Esta pesquisa discute a função do CNJ como órgão de controle interno do Judiciário, como foi estabelecido pela Emenda Constitucional 45/2004, e as resoluções e medidas importantes tomadas para aperfeiçoar o funcionamento do sistema de justiça. A pesquisa em questão, sob uma aproximação neoinstitucionalista (agir estratégico e pessoal dos atores, caracterizada pela instauração de mudanças institucionais que refletem o “querer pessoal”, bem como o melhor interesse do grupo em que se destina a aplicação das referidas mudanças), buscou fomentar uma discussão em relação à institucionalização e apontar algumas mudanças que ocorreram no CNJ, vez que desde sua instalação, em meados de 2005, ele passou pela gestão de diversos presidentes, os quais, mesmo não apagando a real função do CNJ, objetivaram e instalaram mudanças institucionais que tiveram ou não sucesso; Compreender a institucionalização

do CNJ, examinando as motivações e interesses por trás das mudanças que ocorreram. A partir das preferências negativas e positivas dos membros do Conselho, na período da presidência de Ellen Gracie, entender os impactos das transformações na efetividade e na legitimidade das ações do CNJ, no contexto do Judiciário brasileiro; por fim, descobrir como as relações políticas influenciaram as decisões tomadas e a trajetória a que empreenderam os membros do CNJ. Revisão bibliográfica exploratória, com base em documentos oficiais, artigos científicos e entrevistas; além de diagnóstico de discursos por eles proferidos, apoiando-se na abordagem qualitativa, com base na teoria neoinstitucionalista (centrada nos atores enquanto sujeitos com autoridade para iniciar políticas), para deduzir (hipotético-dedutivo) as repercussões junto ao própria CNJ e nos diversos órgãos do Judiciário. Até o momento, verificou-se que o CNJ é essencial para promover a eficiência, transparência e integridade do sistema judiciário brasileiro. Durante a gestão de Ellen Gracie, por atuação e implementações diretas dos membros, o CNJ adotou resoluções, recomendações e acordos de cooperação, além de criar comissões para combater a morosidade no Judiciário e regulamentar concursos públicos para magistrados. A participação da sociedade civil e da comunidade jurídica nas discussões foi uma característica marcante, contribuindo para a legitimação das ações do CNJ. Ainda, verificou-se que destaca-se a importância das preferências pessoais e das interações sociais na formação e mudança das instituições, refletindo decisões estratégicas dos seus membros, baseadas em um “querer” ou em um “interesse” pessoal. Portanto, o estudo permitiu entender criticamente seu funcionamento, impactos e desafios, contribuindo, não só para o aprimoramento do sistema de Judicial, mas também para futuras pesquisas acadêmicas na área, além do próprio CNJ.

Agradecimento: Agradeço a UFGD e ao CNPQ pela bolsa concedida, a qual viabilizou esta pesquisa.

Palavras-chave: neoinstitucionalismo; conselho nacional de justiça; ellen gracie.